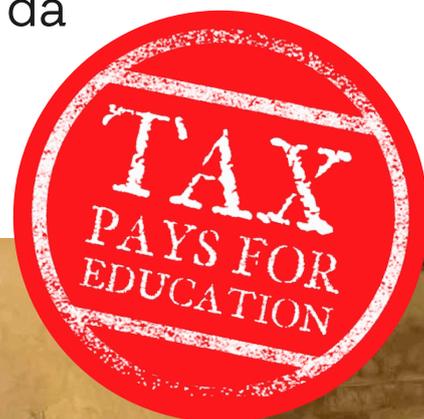


TRANSFORMANDO O FINANCIAMENTO EDUCATIVO NA ÁFRICA

Uma agenda estratégica para o Ano da
Educação da União Africana



Sessão de perguntas e respostas sobre impostos em Treba, Gana. CRÉDITO: ACTIONAID GHANA

act:onaid

CENTER for
ECONOMIC and
SOCIAL RIGHTS

Outline for Transparency and Accountability in Education
COTAE
"Quality Education for All"

Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación

GLOBAL ALLIANCE
FOR TAX JUSTICE

GLOBAL CAMPAIGN FOR
EDUCATION

PLAN
INTERNATIONAL

Global Initiative
for Economic, Social
& Cultural Rights

GRADE

Organisation Mondiale pour l'Éducation Précoce
World Organization for Early Childhood Education
Organización Mundial para la Educación Precoz

OXFAM

ISER
INITIATIVE FOR SOCIAL AND ECONOMIC RIGHTS

ancefa
"Ambition for All"

TAX &
ED
ALLIANCE

TAX JUSTICE
NETWORK

TAX JUSTICE
NETWORK
AFRICA

YOUNG
URBAN
WOMEN'S
MOVEMENT

RESUMO EXECUTIVO

O Ano da Educação da União Africana (UA), em 2024, poderá trazer avanços decisivos para transformar os sistemas educativos se houver uma ação nacional e pan-africana coordenada sobre as principais forças que afetam o financiamento da educação: impostos, dívida e austeridade. Constitui também uma oportunidade para fazer avançar os objetivos da Estratégia Continental de Educação para África (CESA) 2016 - 2025.

Embora a região tenha feito progressos louváveis na escolarização dos alunos e na luta contra a desigualdade na educação, persistem disparidades significativas, exacerbadas pela pandemia de COVID-19. Os principais fatores que influenciam as desigualdades educativas no continente africano continuam a ser gênero, deficiências, renda, nível escolar dos pais, localização geográfica, etnia e status de migrante e refugiado. É igualmente importante reconhecer que a sobreposição de identidades e experiências das pessoas agrava ainda mais os desafios que enfrentam no acesso a uma educação de qualidade. Por exemplo, meninas que sofrem formas múltiplas e interseccionais de discriminação devido à sua classe, origem social, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência ou status de migrante, entre outras dimensões, podem enfrentar desafios únicos e necessitar proteção e apoio adicionais para usufruírem plenamente do seu direito à educação.

Apesar da redução significativa do número de crianças que não frequentam a escola e do avanço no sentido da paridade de gênero a nosso estudo revela que cerca de 38,904,483 crianças não frequentam a escola no continente africano, estimando-se que 18,846,517 sejam meninas. As taxas de conclusão e progressão escolar são mais baixas para as meninas particularmente nas comunidades mais pobres e nas zonas rurais, e a qualidade da educação e da aprendizagem ainda deixa muito a desejar. Os custos relacionados à educação continuam a representar uma barreira intransponível que nega a milhões de crianças o direito à educação. A nível mundial, são necessários mais 44 milhões de professores do ensino primário e secundário para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, sendo o continente africano o que mais necessita novos docentes. Para alcançar o ensino primário e secundário universal até 2030, a África precisa recrutar e formar eficazmente 17 milhões de professores, garantindo-lhes condições de trabalho e salários decentes. Consequentemente, para que os países africanos possam alcançar a estratégia continental de educação (CESA) e o ODS 4, é necessário um aumento significativo do investimento na educação.

A CESA 16-25 reconhece que os sistemas de ensino que “alimentam os valores fundamentais africanos e promovem o desenvolvimento sustentável” só podem ser alcançados com um financiamento sustentável e a mobilização de recursos, especialmente a mobilização de recursos nacionais. No entanto, o continente africano regista uma subutilização significativa das verbas destinadas à educação. 80% (28 em 35) dos países em que existem dados disponíveis não conseguiram atingir o valor de referência estabelecido de 20% do orçamento nacional à educação (ver Quadro 2). Apenas 7 países atingiram este valor de referência. 10 países continuam a consagrar menos de 15% do seu orçamento à educação. Além disso, apenas 35 dos 53 países da União Africana que fizeram parte deste estudo comunicaram estes dados à UNESCO. No entanto, esta situação deve-se, em parte, a gastos sociais inadequados devido à necessidade de pagamento de dívidas externas, à austeridade imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, e também devido à tributação regressiva. **Aanços significativos com relação aos impostos, a dívida externa e austeridade poderiam transformar o financiamento da educação nos Estados membros da União Africana, como demonstra esta nova análise.**



Crianças na escola no Senegal. CRÉDITO: ACTIONAID SENEGAL

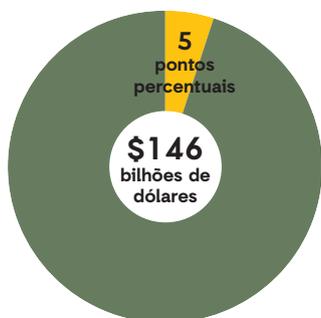
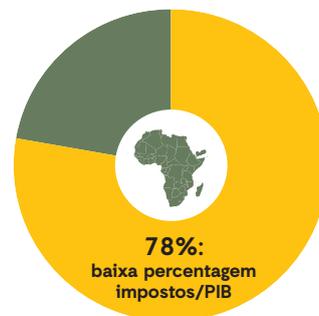
Impostos e educação

A maior parte dos investimentos em educação na África depende da mobilização de recursos internos, em particular das receitas fiscais.



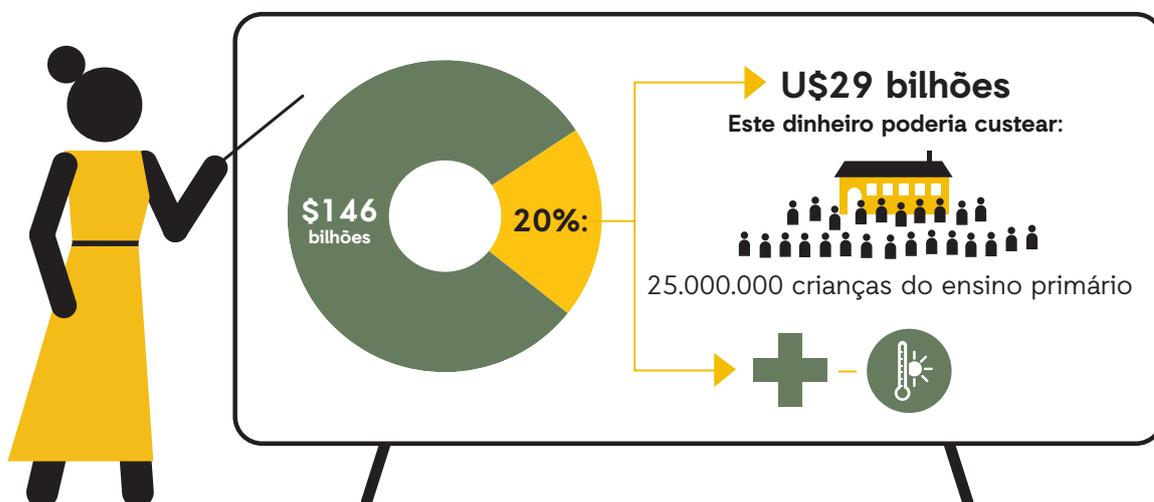
- Os países da União Africana estão perdendo pelo menos 8 bilhões de dólares por ano em receitas fiscais potenciais, em grande parte devido ao nível agressivo de evasão fiscal por parte das empresas e dos indivíduos mais ricos. É provável que esta seja uma subestimação significativa, dadas as conclusões do Painel Mbeki sobre fluxos financeiros ilícitos superiores a 50 bilhões de dólares por ano.

- Mais de 78% dos países da União Africana (41 dos 52 países onde existem dados disponíveis¹) têm uma percentagem baixa de impostos em relação ao PIB (inferior a 20%) e 65% (34 dos 52 países) têm uma percentagem extremamente baixa de impostos em relação ao PIB (inferior a 15%). Em média, países de baixa renda tem uma percentagem de impostos em relação ao PIB de 16% e a percentagem média de impostos em relação ao PIB nos países da OCDE é de 33,5% (que nenhum país da União Africana atinge).



- Se os países da União Africana aumentassem a sua percentagem de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais (como considerado realista num documento importante do FMI), poderiam angariar mais 146 bilhões de dólares por ano. Este aumento das receitas fiscais deve advir de contribuições mais elevadas por parte dos super-ricos e de multinacionais, para garantir a equidade e diminuir as desigualdades de género no sistema fiscal.

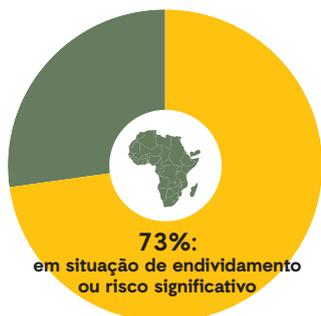
- Se 20% destes 146 bilhões de dólares fossem destinados à educação - em conformidade com a referência amplamente aceita do Quadro de Dakar para a Educação para Todos (EPT), adotado em 2000 e reafirmado no Quadro de Ação para a Educação 2030 - isso permitiria angariar mais de 29 bilhões de dólares para a educação todos os anos. Este montante seria suficiente para transformar o financiamento da educação pública, ao mesmo tempo que permitiria obter receitas substanciais para a saúde, outros serviços públicos e para dar resposta à crise climática. Este montante é suficiente para cobrir os custos da educação de mais de 25 milhões de crianças do ensino primário todos os anos.



1. Nota - existem 55 países da União Africana, mas 52 países abrangidos, já que não existem dados suficientes sobre a República Árabe Saharaui Democrática (Sahara Ocidental), o Sudão do Sul e a Líbia.

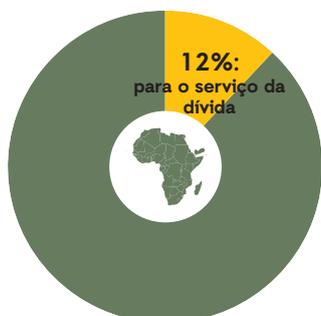
Dívida externa e educação

Os dados apresentados neste relatório constituem um alerta para os países da União Africana com relação ao impacto da **crise de dívida externa** na educação:



- Dos 52 países da União Africana estudados, o FMI identifica que 73% estão em situação de endividamento externo ou em risco significativo de endividamento externo (risco elevado ou moderado).

- Dos 52 países analisados, de acordo com a *Debt Justice*, 52% já estão numa crise de dívida externa e outros 27% estão em alto risco de crise de dívida externa.



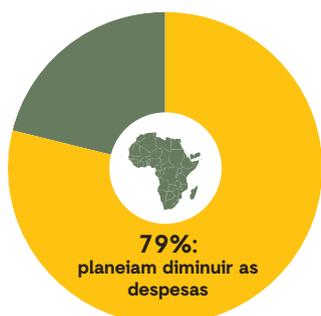
- 28 dos 52 países da União Africana estão gastando mais de 12% dos seus orçamentos nacionais no serviço da dívida - um valor crucial a partir do qual o serviço da dívida tende a desencadear reduções nos gastos públicos. 20 destes países estão a gastar mais de 18% dos seus orçamentos nacionais com o serviço da dívida, nível a partir do qual os cortes em gastos públicos se tornam graves.

- 15 países da União Africana já estão gastando mais com o serviço da dívida do que com a educação (coluna 5) - e este número é provavelmente maior, uma vez que não estão disponíveis dados completos para 18 países. Isto significa que, quando há dados disponíveis, 44% dos países estão a gastar mais receitas no serviço da dívida do que no setor de educação (15 em 34).



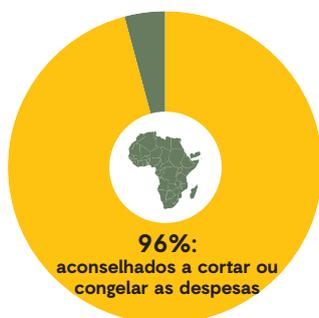
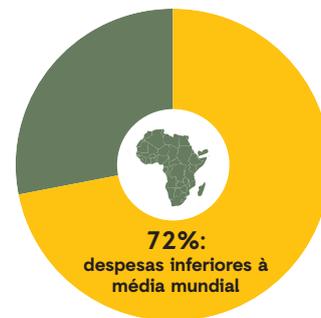
Austeridade e educação

Esta nota informativa também destaca as sérias preocupações dos últimos dados sobre as medidas de **austeridade no continente africano**:



- 79% dos países da União Africana planejam diminuir a despesa pública total em % do PIB entre 2023 e 2025.

- **72% dos países da União Africana estão gastando menos do que a percentagem média global (9%) do PIB em salários do setor público.** Apesar destes níveis já baixos de despesas com a força de trabalho do setor público, 20 países registaram declínios ativos nas suas despesas com trabalhadores do sector público em relação à percentagem do PIB nos últimos cinco anos, enquanto que ainda são necessários profissionais adicionais no setor da educativo para que os países cumpram o direito à educação para a população em crescimento.



- **Nos 28 países da União Africana,** onde foram realizados estudos intensivos para analisar a orientação política do FMI sobre a massa salarial do sector público, **96% foram aconselhados a reduzir ou congelar as despesas com os trabalhadores do setor público com relação à percentagem do PIB.**

Conclusão

A Agenda 2063 da União Africana apresenta uma visão de **“uma África integrada, próspera e pacífica, conduzida pelos seus próprios cidadãos, representando uma força dinâmica no cenário internacional”**. As sementes foram lançadas pela corajosa e bem sucedida iniciativa africana de exigir uma nova Convenção das Nações Unidas (ONU) sobre a Cooperação Fiscal Internacional, afastando as tomadas de decisões em política fiscal da OCDE. Momentum também pode ser construído a partir da A Cúpula da Educação Transformadora (Transforming Education Summit - TES), realizada em setembro de 2022, a reunião de educação de mais alto nível, reunindo os Chefes de Estado a uma escala sem precedentes para abordar a crise da educação. O Documento de Discussão sobre Financiamento educativo, desenvolvido com 193 Estados Membros da ONU, e o Apelo à Ação sobre o Financiamento da Educação, marcam um ponto de virada significativo na forma como os debates sobre o financiamento da educação se constituem. A África pode estar na vanguarda da concretização desta agenda financeira transformadora.

Ao longo dos anos, o foco dominante nas despesas nacionais com a educação tem sido a percentagem do orçamento - procurando atingir pelo menos 20% do orçamento nacional ou 5% do produto interno bruto (PIB) atribuído à educação. No entanto, a Cúpula de Educação Transformadora traçou um quadro muito mais vasto, mostrando que **a o valor total do orçamento do Estado era tão crucial a parcela investida em educação**. Uma fatia de um bolo pequeno será por consequência uma fatia pequena - mas muito pode ser feito para aumentar o tamanho total deste bolo. Mesmo que esta pesquisa se concentre no aumento da dimensão global do orçamento, é importante garantir que todos os recursos sejam angariados e distribuídos progressivamente, ou seja, de forma a promover a equidade e a abordar as desigualdades de género e as desigualdades intersectoriais. Do mesmo modo, a garantia de mecanismos de transparência e de responsabilidade no financiamento da educação assegura que os recursos beneficiem efetivamente as escolas e as comunidades, como previsto. Em suma, é importante abordar o quadro dos 4S: aumentar a quota, a dimensão, a sensibilidade e o escrutínio dos orçamentos da educação - tal como acordado pelos Ministros da Educação da União Africana na Declaração de Nairobi de 2018 e no apelo à ação em matéria de educação, e tal como explicitado no Conjunto de Ferramentas para a Transformação do Financiamento da Educação.

No Ano da Educação da União Africana, enquanto continuamos a apelar a ações para aumentar a percentagem dos orçamentos gastos na educação e para que estes recursos sejam angariados e utilizados de forma a combater as desigualdades educativas, apelamos urgentemente a uma ação conjunta com os Ministros das Finanças e os Chefes de Estado para que tomem medidas em matéria de impostos, dívida externa e austeridade - as principais áreas de escolhas políticas que moldam a dimensão global do orçamento. Se forem feitos progressos nestes domínios, o setor educativo será significativamente beneficiado - juntamente com o setores de saúde, água, saneamento, eletricidade, transportes públicos, adaptação às alterações climáticas e muito mais.



Meninas em uma escola de recuperação no Quênia. CRÉDITO: REHEMA BAYA / AFRICA FILM NETWORK / ACTIONAID

1. AÇÃO EM MATÉRIA FISCAL E EDUCAÇÃO

Os Ministros das Finanças africanos já desempenharam um papel fundamental a nível mundial na exigência de ação em matérias fiscais - em parte porque o impacto na educação e noutros serviços públicos será transformador. O apelo da União Africana em maio de 2022 para que as “*Nações Unidas iniciem negociações sob os seus auspícios sobre uma convenção internacional em matéria fiscal*” lançou as bases. As resoluções inovadoras aprovadas na AGNU na 77ª Sessão em dezembro de 2022 e a votação crucial sobre a adoção de uma convenção fiscal internacional em novembro de 2023 foram lideradas pelo Grupo africano na ONU e foram vigorosamente apoiadas pelos atores globais da educação. No Ano da Educação da UA, é importante unir os ministros da educação e os ministros das finanças para amplificar estes apelos globais e também para concentrar as discussões no poder transformador dos impostos para a educação a nível nacional.

A necessidade de ação em matéria de impostos para a educação é reforçada pela Cimeira dos Chefes de Estado para a Tranformação da Educação (TES) em 2022, que apelou a uma ação a nível nacional para “*aumentar o espaço fiscal para a educação*” e “*alcançar uma percentagem adequada de impostos em relação ao PIB*”. A TES também apela ao apoio internacional para “*dar prioridade a ações globais em matéria de impostos, apoiando reformas internacionais que possam ajudar os países a aumentar as suas receitas fiscais de forma rápida e progressiva, alterando o diálogo a nível nacional das instituições financeiras internacionais para que seja mais ousado e progressivo em matéria de reformas fiscais e garantindo que as regras globais não influenciem os países para estratégias de “nivelamento por baixo” em termos de impostos e incentivos fiscais prejudiciais. Isto inclui uma ação global sobre as lacunas fiscais, acordos sobre um registo global de ativos, a redução dos fluxos financeiros ilícitos, a tributação do comércio injusto, a ação sobre os paraísos fiscais e a promoção de um processo para estabelecer regras fiscais globais justas.*”

1.1 Principais conclusões sobre fiscalidade e educação

A Tabela 1 do Anexo 1 analisa os dados sobre impostos nos Estados membros da União Africana, fornecendo pormenores sobre:

- Perdas fiscais para cada país devido à evasão fiscal das empresas e à evasão fiscal de indivíduos ricos.
- Percentagem de impostos em relação ao PIB.
- PIB total em milhões de dólares.
- Receita fiscal em milhões de dólares.
- Receitas adicionais que seriam obtidas através do aumento dos impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais.
- O montante em milhões de dólares se 20% desse valor fosse afetado à educação.
- Quantas crianças do ensino primário este acréscimo (20% da receita adicional obtida) poderia cobrir.

As conclusões são alarmantes:

Os países da União Africana estão perdendo mais de 8 bilhões de dólares por ano em potenciais receitas fiscais, em grande parte devido à evasão fiscal agressiva por parte de multinacionais e os superricos. É quase certo que se trata de uma subestimação e não de uma sobrestimação, uma vez que muitos dos dados não são comunicados.

Mais de 78% dos países da União Africana (41 dos 52 países onde existem dados disponíveis) **têm uma percentagem de impostos/PIB baixo** (inferior a 20%) e **65%** (34 dos 52 países) têm um percentagem impostos/PIB extremamente baixo (inferior a 15%). O país médio de baixo rendimento tem uma percentagem de impostos em relação ao PIB de 16% e a percentagem média de impostos em relação ao PIB nos países da OCDE é de 33,5% (que nenhum país da União Africana atinge).

- 14 países com menos de 10%
- 20 países entre 10-15%
- 7 países entre 15% e 20%
- 9 países entre 20% e 30%
- 2 países com mais de 30%

Se os países da União Africana aumentassem a sua percentagem de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais (como considerado realista num documento importante do FMI), poderiam angariar mais 146 bilhões de dólares por ano. É vital que estas receitas sejam obtidas de forma progressiva, de modo a que os indivíduos e as empresas ricas suportem a maior parte dos impostos.

Se 20% destes 146 bilhões de dólares fossem direcionados à educação (de acordo com o padrão de referência amplamente aceito), seriam arrecadados mais de 29 bilhões de dólares para a educação todos os anos - o suficiente para transformar o financiamento do ensino público. O Quadro 1 demonstra que, para a maioria dos países, este montante seria suficiente para financiar todas as crianças em idade escolar do ensino primário que não frequentam a escola, às taxas atuais de despesa pública por aluno, deixando por vezes recursos adicionais disponíveis para serem direcionados às matrículas no ensino secundário ou aumentar o investimento por aluno na educação. Tudo isto é possível ao mesmo tempo que se obtêm receitas substanciais para a saúde, outros serviços públicos e para responder à crise climática. Esta é uma forma de alcançar os objetivos da educação a par de outros ODS, evitando as tensões intersectoriais que surgem quando os defensores da educação se concentram apenas no aumento da parte do orçamento atribuída à educação. Este montante excede largamente a contribuição da ajuda à educação (e a outros setores).

Nos 25 países da União Africana onde existem dados disponíveis, os 29 bilhões de dólares adicionais são suficientes para cobrir os custos da educação de mais de 25 milhões de crianças do ensino primário todos os anos.

1.2 O que é que a união africana pode e deve fazer em matéria fiscal?

É evidente que a ação fiscal, tanto a nível nacional como internacional, pode ajudar a transformar o financiamento da educação em toda a União Africana. Então, o que é que a União Africana e os Estados Membros devem fazer?

A NÍVEL NACIONAL

- O FMI estima que a maioria dos países poderia **aumentar a sua percentagem de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais** a médio prazo. Nos países da UA, isto poderia angariar 29 bilhões de dólares por ano para a educação (de um total de 146 bilhões de dólares que também permitiriam transformações na saúde, noutros serviços públicos e na mudança climática). Isto permitiria a muitos países aumentar drasticamente - ou mesmo duplicar - o seu orçamento destinado à educação pública. Os países devem fazer da ação progressiva em matéria fiscal uma prioridade fundamental, apoiando um diálogo entre os Ministérios da Educação (e outros ministérios do setor social) e os Ministérios das Finanças, e tomar medidas para garantir que os novos impostos sejam cobrados daqueles que mais possam pagar, por exemplo, os superricos e empresas multinacionais que, em muitos países, pagam atualmente muito poucos impostos.
- Dado o compromisso da União Africana com a igualdade de gênero e a inclusão, e ação sobre a crise climática, é importante defender uma expansão das receitas através de políticas fiscais que sejam:
 - **progressivas** - que garantam que as maiores contribuições sejam feitas pelos indivíduos e empresas mais ricos; os sistemas fiscais no continente africano tendem a ser regressivos - transferindo mais encargos para as pessoas que têm menos capacidade de pagar - razão pela qual é particularmente importante concentrar-se nos impostos progressivos;
 - **sensíveis ao gênero** - para abordar as desigualdades de gênero e garantir que as mulheres e meninas não sejam prejudicadas - o que acontece com impostos como o Imposto sobre o Valor Agregado; isto é particularmente importante para que os países possam cumprir o seu compromisso com políticas de educação sensíveis ao gênero a um compromisso com fontes de financiamento da educação sensíveis ao gênero; e
 - **sensíveis ao clima** - conceber impostos que incentivem a sustentabilidade e desencorajem comportamentos que acelerem a crise climática, gerando ao mesmo tempo receitas para redistribuição às comunidades, a fim de fazer face aos custos dos impactos climáticos, nomeadamente na educação. Esta é uma nova área da política fiscal e uma área em que África pode estar na vanguarda.

A NÍVEL REGIONAL E INTERNACIONAL

- **A União Africana deve chegar a um acordo sobre uma resolução coletiva que incentive todos os Estados membros a aumentar, de maneira ambiciosa, a percentagem de impostos em relação ao PIB entre agora e 2030 - idealmente em cinco pontos percentuais** - vendo isto como um passo crítico para alcançar a Agenda 2030 e a Agenda 2063.
- Como o documento TES sobre financiamento deixa claro, muitos países terão dificuldade em aumentar a percentagem de impostos em relação ao PIB a ritmo necessário devido a regras fiscais globais injustas que facilitam a transferência de grandes quantias para paraísos fiscais. Tendo vencido a primeira fase da batalha em prol de uma Convenção Fiscal das Nações Unidas, **a União Africana deve estar na vanguarda da definição do que será, na prática, a Convenção Fiscal das Nações Unidas e deve defender a criação de uma capacidade com bons recursos nas Nações Unidas para estabelecer e aplicar regras fiscais globais de uma forma democrática e representativa**. A União Africana deve ter voz ativa em todos os espaços sobre impostos, continuando a desafiar a legitimidade dos processos da OCDE e garantindo que os obstáculos a esta reforma sejam ultrapassados.
- **A União Africana deve também apoiar novas iniciativas fiscais em todo o mundo, assegurando simultaneamente que uma parte justa (20%) de quaisquer receitas geradas seja destinada à educação**. Em particular, isto pode implicar trabalhar em estreita colaboração com aqueles que defendem impostos globais à luz da crise climática, onde existe uma grande dinâmica política para fazer um avanço. Isto deve incluir a defesa da educação ao defender os seguintes objetivos:

- **Impostos sobre Lucros Extraordinários** sobre os lucros excessivos das maiores empresas mundiais. Isso poderia arrecadar quase US \$ 1 trilhão por ano em 2020 e 2021 de apenas 722 megacorporações (incluindo 45 corporações de energia que obtiveram uma média de US \$ 237 bilhões por ano em lucros inesperados em 2021 e 2022).
- **Impostos sobre grandes fortunas** de 2-5% sobre as elites mais ricas do mundo - que poderiam arrecadar 1,8 bilhões de dólares por ano - e que também ajudariam a limitar alguns dos comportamentos mais poluentes do clima.
- **Impostos sobre as transações financeiras** - fixados em 0,1% - que poderiam arrecadar 777 bilhões de dólares em dez anos, só nos EUA - e que também poderiam limitar alguns dos piores comportamentos financeiros especulativos (em que os grandes especuladores trabalham com margens muito apertadas).
- **Impostos relacionados ao clima** - dada a importância crucial da educação como parte de uma transição justa. Para tal, a União Africana poderia garantir que as prioridades e perspectivas regionais, especialmente no que diz respeito ao financiamento da educação, da proteção social, dos serviços públicos e da resposta e adaptação às alterações climáticas, sejam incluídas nos convites à apresentação de propostas:
 - a. **Impostos sobre o carbono** - tais como um imposto sobre os danos climáticos (cobrado às empresas de combustíveis fósseis que extraem petróleo, gás e carvão - que poderia angariar entre 75 e 150 bilhões de dólares), e impostos sobre o carbono de luxo (visando jatos privados e iates com elevados níveis de emissões, especialmente à luz da evidência de impostos baixos sobre jatos privados e de todo o combustível de aviação ser isento de impostos). Os impostos sobre o carbono devem ser progressivos e não devem transferir o ônus para as pessoas menos capazes de suportar. Também não devem conduzir a efeitos perversos, como o aumento dos preços dos alimentos para os países em desenvolvimento e para as comunidades que vivem em zonas remotas, que são altamente dependentes do transporte marítimo para obter alimentos e recursos.
 - b. **Impostos sobre as emissões da aviação** - uma taxa de 10 euros (10,77 dólares) sobre alguns dos 4,5 bilhões de viagens aéreas efetuadas anualmente (visando os 5% da população mundial que efetuam mais de um voo por ano) poderia angariar 40 bilhões de euros (mais de 43 bilhões de dólares). Alguns analistas defendem que uma taxa sobre os passageiros frequentes poderá ser mais justa. Para além de aumentar as receitas, qualquer uma destas medidas ajudaria a diminuir as emissões da aviação (que representam 2,5% das emissões globais de carbono).
 - c. **Impostos sobre as emissões do transporte marítimo** - um imposto sobre o carbono de 150 dólares por tonelada de combustível para o transporte marítimo poderia angariar mais de 100 bilhões de dólares e incentivar um transporte marítimo mais limpo, reduzindo os 2% das emissões globais atribuíveis ao transporte marítimo. Para garantir uma transição justa, os eventuais aumentos dos preços dos produtos alimentares devem ser compensados através da criação de sistemas de proteção social, de modo que o fardo não afete desproporcionalmente os mais pobres, a maior parte dos quais são mulheres.
- **A União Africana deve oferecer apoio ao desenvolvimento de capacidades aos Ministérios da Educação e aos parceiros** de desenvolvimento sobre as ligações cruciais entre a fiscalidade e a educação - com base na experiência desenvolvida pela Aliança Fiscal e Educativa (TaxEd) e utilizando, por exemplo, os recursos de formação apoiados pela UNESCO com base no Conjunto de Ferramentas para a transformação do financiamento educativo.
- Deve ser oferecido um apoio mais amplo para apoiar o trabalho do Fórum dos Administradores Fiscais de África (ATAF), incluindo o reforço da capacidade das administrações fiscais nacionais, das políticas fiscais e da cooperação regional.
- **A União Africana deve encorajar os Estados Membros a unir forças com outras regiões do Sul Global**, especialmente a América Latina, em matéria de políticas fiscais. Isto permitiria não só reforçar a sua voz coletiva e o seu poder de negociação nas negociações fiscais internacionais, por exemplo, na Convenção das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional, mas também partilhar conhecimentos e reunir competências técnicas para implementar mais eficazmente reformas alinhadas com as suas exigências em matéria de direitos humanos.



Escola primária em Uganda. CRÉDITO: ANDREW ONAPITO

2. AÇÃO EM MATÉRIA DE DÍVIDA EXTERNA E EDUCAÇÃO

A dimensão da crise da dívida externa na África foi uma questão claramente assinalada no 6º Congresso de Economistas Africanos em dezembro de 2023 e é reforçada pelos últimos dados do Fórum Africano e da Rede sobre Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD). A porcentagem média da dívida externa em relação ao PIB na África é atualmente de 66% e o custo dos novos empréstimos é excessivamente elevado. O impacto na educação foi claramente mencionado por S. Exa. Douglas Sykalimam, Ministro da Educação de Zâmbia, que observou que, para além dos elevados custos do serviço da dívida, os países africanos enfrentam também desafios mais vastos: *“Para aumentar a nossa capacidade de mobilização de recursos internos, a África tem de enfrentar três tipos de desafios: resolver os gargalos estruturais dos altos níveis de informalidade, a falta de legitimidade fiscal e as limitações de capacidade administrativa; inverter a atual erosão das bases tributárias existentes devido à concessão excessiva de preferências fiscais, à tributação ineficaz das atividades extrativas e à incapacidade de combater os abusos dos preços de transferência por parte das empresas multinacionais; reequilibrar a combinação de impostos de muitos países africanos que dependem excessivamente de um conjunto restrito de impostos.”*

A dívida externa do continente africano é insustentável, em parte devido à sua estrutura. A dívida externa em dólares deixa os países vulneráveis aos caprichos do mercado financeiro mundial e estes choques externos têm frequentemente um impacto de grande alcance nas economias africanas. Em segundo lugar, os países africanos podem ter dificuldade em acessar moedas estrangeiras, o que aumenta o custo do pagamento da dívida externa. Por último, a dívida dolarizada é uma reminiscência e perpetua uma arquitetura financeira global violenta e exploradora, uma vez que incorpora e cria uma dependência das potências hegemônicas e das suas instituições, como as agências de notação de crédito.

O documento financeiro da Cúpula da Educação Transformadora apelou a uma ação urgente sobre a dívida externa, observando: “É evidente que é necessário acelerar urgentemente as ações de renegociação da dívida e mesmo de anulação da dívida externa dos países em crise. Deve ser dada prioridade a qualquer país que gaste mais com o serviço da dívida do que com a educação”. O desafio, porém, é que a educação quase não é levada em conta nos debates nacionais ou mundiais sobre a dívida externa.

2.1 Principais conclusões sobre a dívida externa e a educação

A Tabela 2 do Anexo 2 analisa quatro conjuntos de dados fundamentais para os Estados Membros da União Africana:

- O risco de sobre-endividamento, tal como definido pelo FMI.
- A situação da dívida dos países de acordo com a base de dados da Debt Justice.
- Pagamentos da dívida externa como percentagem das receitas públicas.
- Despesa com a educação como percentagem da despesa pública total.

Os dados são reveladores:

73% dos Estados da União Africana correm um risco significativo de sobre-endividamento (risco elevado ou moderado) ou já se encontram em situação de sobre-endividamento (de acordo com os dados do FMI - coluna 2). Nenhum país em que existam dados disponíveis é considerado de baixo risco.

- 8 países estão em situação de **sobre-endividamento**.
- 13 países estão em **risco elevado de sobre-endividamento**.
- 17 países estão em **risco moderado de problemas com dívida externa**.
- 14 países não têm dados disponíveis.

Uma análise de dados alternativa efetuada pela Debt Justice (coluna 3) mostra que 52% dos países africanos já se encontram numa crise de dívida externa e outros 27% estão em risco elevado de crise de dívida externa. Apenas 9 países não têm qualquer risco identificado:

- 27 países estão em **sobre-endividamento**.
- 14 países estão em **risco elevado de sobre-endividamento**.
- 9 países não têm nenhum risco identificado.
- 2 países não têm dados disponíveis.

28 dos 52 países da União Africana estudados estão a gastar mais de 12% dos seus orçamentos nacionais no serviço da dívida (coluna 4) - o ponto chave a partir do qual o serviço da dívida tende a desencadear reduções na despesa pública. 20 destes países estão a gastar mais de 18% dos seus orçamentos nacionais com o serviço da dívida - que é o nível em que os cortes nas despesas públicas se tornam agudos. Na sua análise de 2020 de 60 países, a Debt Justice constatou que os países que pagam mais de 18% das receitas públicas com o serviço da dívida reduziram as despesas públicas em 13%, enquanto os países com pagamentos de dívida mais baixos aumentaram as despesas públicas, em média, em 14%.

15 países já estão a gastar mais com o serviço da dívida do que com a educação (coluna 5) - e este número é provavelmente maior, uma vez que não estão disponíveis dados completos para 18 países. Isto significa que, quando os dados estão disponíveis, 44% dos países estão a gastar mais receitas no serviço da dívida do que na educação (15 em 34).

2.2 O que a união africana poderia e deveria fazer em relação à dívida externa

A União Africana poderia apoiar ações sobre a dívida externa, tanto a nível nacional como internacional, para ajudar a transformar o financiamento da educação e de outros serviços essenciais:

A NÍVEL NACIONAL

- **Construir a base de provas para o alívio da dívida externa, a reestruturação e, em alguns casos, o cancelamento,** sempre que o serviço da dívida exceder as despesas com a educação. O reembolso de empréstimos, especialmente aqueles que não contribuíram para o desenvolvimento nacional, não deve ser efetuado à custa

da violação do direito à educação. Isto significa que, no mínimo, o serviço da dívida deve ser inferior a 18% da despesa pública.

- Contactar os Ministérios das Finanças e os Chefes de Estado de outros países que estão a enfrentar problemas semelhantes com o serviço da dívida que prejudica o financiamento da educação pública, a fim de **reforçar uma resposta regional coordenada à crise da dívida**.
- Apoiar **políticas melhoradas de gestão da dívida pública** que garantam que quaisquer empréstimos futuros só possam ser contraídos e geridos com total transparência, responsabilidade e aprovação parlamentar, limitando o risco de futuras crises da dívida externa.

A NÍVEL REGIONAL E INTERNACIONAL

- Reconhecer que esta é a pior crise de dívida de sempre em África e aumentar a **cooperação regional**, apelando a uma nova e ousada ação internacional sobre a crise da dívida externa - insistindo na necessidade de uma resposta coletiva em vez de negociações país a país.
- Criar uma dinâmica por trás da Declaração de Sal do Caucus Africano em julho de 2023, que apela a “facilitar o alívio da dívida externa que seja equitativo, rápido, abrangente e considerável” e a uma transformação dos quadros de reestruturação da dívida multilateral.
- Enfatizar **nos meios de comunicação social** que o progresso na educação está a ser prejudicado pela crise da dívida, **recolhendo estudos de caso** de diferentes países que mostram o impacto devastador do serviço da dívida no direito à educação e na realização das metas no setor educativo
- Apoiar **campanhas internacionais para uma nova legislação** que garanta que os credores privados participem nas iniciativas de alívio da dívida externa (como está atualmente a ser feito nos EUA e no Reino Unido).
- **Levantar o impacto da dívida na educação, e em outros serviços, em fóruns internacionais**, incluindo nas reuniões anuais do FMI/Banco Mundial e nas reuniões do G7 e do G20.
- Apoiar propostas de revisão da arquitetura financeira e da dívida internacional para garantir que possa ser mobilizado financiamento suficiente para apoiar os objetivos de desenvolvimento sustentável a longo prazo, incluindo a remoção de condicionalidades que exigem cortes nas despesas com a educação como pré-requisito para obter novos financiamentos.
- Apoiar a criação de um **mecanismo independente de reestruturação da dívida externa**, sob os auspícios das Nações Unidas. Este mecanismo proporcionaria um acesso equitativo a informações completas e apoio técnico independente à equipa nacional responsável pelo processo de renegociação.



Escola primária no Malawi. CRÉDITO: THOKO CHIKONDI / ACTIONAID

3. AÇÃO EM MATÉRIA DE AUSTERIDADE E EDUCAÇÃO

Austeridade tornou-se a política padrão em toda a África - mesmo na determinação do orçamento da própria União Africana. Este fato é reforçado pelo poder significativo do FMI e do Banco Mundial ao longo das últimas décadas - que continuam apegados a uma ideologia de austeridade, apesar da falta de provas que justifiquem os cortes na despesa pública. As provas mostram, pelo contrário, que até mesmo os níveis de despesa social do FMI são profundamente inadequados. A austeridade não só prejudica os direitos humanos das pessoas, como também impede uma economia mais dinâmica, inclusiva e sustentável. Nas primeiras reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial realizadas em solo africano há 50 anos, em Marraquexe em outubro de 2023, muitas organizações chamaram a atenção para os cinquenta anos de fracasso destas instituições financeiras internacionais, fracassos esses que estão intimamente ligados ao seu apoio ultrapassado às políticas de austeridade. O sector da educação é um dos mais afetados pelos cortes, congelamentos ou reduções da despesa pública, o que, por sua vez, tem um impacto negativo desproporcionado em meninas e mulheres. As meninas têm mais probabilidades de serem excluídas do acesso ao ensino básico quando os orçamentos são cortados; as mulheres perdem o acesso a algumas das melhores oportunidades de trabalho digno como professoras e outros profissionais da educação; e tanto as meninas como as mulheres suportam uma parte desproporcionada dos cuidados não remunerados e do trabalho doméstico que aumenta quando os serviços públicos falham. A austeridade sob a forma de avanço da privatização também prejudica a realização dos direitos humanos, contrariamente ao artigo 17.º da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos² sobre o direito à educação, em combinação com o Comentário Geral 7 da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre as obrigações do Estado ao abrigo da Carta Africana no contexto da prestação privada de serviços sociais. O reforço da educação pública garante que todos os indivíduos gozem do seu direito à educação, independentemente do seu estatuto.

No que diz respeito à austeridade, a Cúpula da Educação Transformadora da ONU centrou-se em particular no impacto da utilização pelo FMI das restrições salariais do setor público - que são uma política de austeridade emblemática. O documento de chamada a ação do TES instou "o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições financeiras internacionais a removerem os obstáculos existentes, tais como as restrições salariais do setor público que impedem o aumento das despesas com a educação; e a defenderem políticas que permitam um novo recrutamento significativo de professores profissionais onde quer que haja escassez".

2. O Reino de Marrocos é o único país africano que ainda não ratificou a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.

3.1 Principais conclusões sobre austeridade e massa salarial

No Quadro 3 do Anexo 3, para analisar as tendências da austeridade e o seu impacto na educação, são apresentados três conjuntos de dados para os países da União Africana:

- A mudança projetada na despesa pública total em % do PIB de 2023-2025.
- A percentagem do PIB gasta na massa salarial do setor público.
- O mais recente parecer do FMI sobre a massa salarial do setor público - com base em estudos detalhados de três fontes diferentes

Mais uma vez, as conclusões são reveladoras:

79% dos países da União Africana planeiam diminuir a despesa pública total em % do PIB entre 2023 e 2025. Dos 53 países estudados neste quadro:

- 9 países planeiam **aumentar a despesa.**
- 1 país planeia manter o equilíbrio.
- 22 países planeiam reduzir as despesas públicas entre **0-1%.**
- 9 países planeiam reduzir as despesas públicas entre **1-2%.**
- 11 países planeiam reduzir as despesas públicas **em mais de 2%.**
- 1 país não dispõe de dados.

72% dos países da União Africana estão a gastar menos do que a média global de percentagem do PIB em salários do setor público:

- **15 países** acima da média mundial de 9%.
- **26 países** entre 5% e 9%.
- **12 países** com menos de 5%.

Apesar destes níveis já baixos de despesas com a mão de obra do setor público, 20 países registaram uma diminuição ativa das suas despesas com os trabalhadores do setor público em percentagem do PIB nos últimos 5 anos. O ciclo descendente é contínuo.

Nos 28 países da União Africana onde foram realizados estudos intensivos para analisar a orientação política do FMI sobre a massa salarial do setor público:

- **19 países foram aconselhados a reduzir** a massa salarial do setor público em percentagem do PIB.
- **8 foram aconselhados a congelar** a massa salarial do setor público em percentagem do PIB.
- Apenas 1 país foi aconselhado a aumentar a despesa com a massa salarial.

A educação é um dos setores com despesas mais elevadas (frequentemente 15 a 20% - como mostra o quadro 2, anexo 3). Quando se verifica uma contração global das despesas públicas, é quase impossível que os orçamentos da educação não sejam afetados, mesmo quando são feitas promessas para os proteger.

Mais especificamente, os professores são quase sempre o maior grupo na massa salarial do setor público - assim, quando a massa salarial do setor público é cortada ou congelada, isto quase sempre requer cortes no número de professores (mesmo quando já há falta de professores) ou cortes nos salários dos professores (mesmo quando os professores são mal remunerados). Estas questões são aprofundadas no relatório [Educação versus Austeridade](#).

3.2 Que a união africana poderia e deveria fazer em relação à austeridade

NACIONALMENTE

- Estudar estes dados a nível nacional e inverter a narrativa da necessidade de diminuir as **políticas salariais globais do setor público**, uma vez que estas afetam profundamente, e muitas vezes de forma desproporcional, a força de trabalho dos professores e outros profissionais do setor educativo.
- Exigir e aplicar uma avaliação dos direitos humanos das medidas de austeridade, uma análise do impacto dos direitos humanos ex-ante, durante e ex-post de cada política ou recomendação de austeridade ou consolidação fiscal.
- **Apoiar os Ministérios da Educação e outros grupos na recolha de provas sobre a escassez de professores** a nível nacional e questões de retenção a diferentes níveis (comparados em relação a referências / padrões internacionais / percentagem de alunos para professores formados, etc.) e apoiar o planeamento / projecções a longo prazo sobre os níveis de professores e pessoal educativo necessários para cumprir o ODS4.
- **Assegurar que os dados sobre o impacto da austeridade na educação sejam disponibilizados aos Ministérios das Finanças / Planeamento**, etc. e que os dados sobre a escassez de professores / salários dos professores estejam disponíveis quando os Ministérios discutirem políticas salariais do setor público com o FMI. Pesquisas revelam que o FMI e os Ministérios das Finanças não costumam ter esses dados disponíveis ou em mente quando discutem e acordam as restrições da massa salarial do setor público.
- **Apresentar provas sobre alternativas à austeridade** / cortes no setor público que poderiam ajudar a transformar o financiamento da educação. Estas alternativas incluem:
 - Expandir as reformas fiscais progressivas (como descrito acima).
 - Reduzir ou eliminar a dívida (ver também acima).
 - Eliminar os fluxos financeiros ilícitos (ver financialtransparency.org e [UNCTAD](http://unctad.org)).
 - Eliminar o desperdício na despesa pública.
 - Eliminar a corrupção.
 - Utilizar as reservas do Estado para investimentos estratégicos a longo prazo na educação.
- **Apoiar programas de treinamento para que todos os atores** - chave compreendam as ligações entre as despesas do setor público e as políticas salariais e o impacto na educação e no pessoal docente. Em particular, reforçar a capacidade dos parlamentares, enquanto representantes do povo, para promover a transparência e a participação nos processos de negociação dos programas de empréstimo do FMI.
- **Apoiar os Estados-Membros para que deem prioridade ao financiamento público e à provisão de educação**, em vez de favorecerem a delegação da provisão de educação a atores privados, incluindo através de parcerias público-privadas.

A NÍVEL REGIONAL E INTERNACIONAL

- **Pedir aos membros africanos do Conselho de Administração do FMI que assegurem que o FMI se comprometa a colaborar com os atores globais da educação** - e que se desenvolva um diálogo sustentado com o FMI em torno da agenda financeira da EPT. O fim das políticas de austeridade prejudiciais e das restrições salariais não pode ser conseguido sem que o FMI se sente à mesa para uma discussão séria e baseada em provas, considerando o papel fundamental das instituições na definição de políticas fiscais para fazer avançar os progressos em matéria de impostos e dívida externa.
- **Solicitar ao FMI que recolha regularmente dados sobre o impacto da consolidação orçamental nos serviços públicos, em particular os constrangimentos salariais do sector público na educação**, incluindo o número de professores (a diferentes níveis) / retenção de professores / orçamentos da educação, e que os publique anualmente. Prestar apoio à análise destes dados.

- Solicitar ao FMI que aplique uma avaliação dos direitos humanos das medidas de austeridade, uma análise do impacto dos direitos humanos ex-ante, durante e ex-post de cada política ou recomendação de austeridade ou consolidação fiscal.
- **Enviar uma mensagem coletiva da União Africana para solicitar que o FMI altere a sua prática / orientação padrão** para que, em todas as discussões do Artigo IV a nível nacional, as evidências sobre o estado atual da profissão docente / escassez de professores sejam consideradas antes de fazer quaisquer recomendações para cortes ou congelamentos de contas salariais que possam afetar a profissão.
- **Apoiar uma sessão sobre educação / a agenda financeira da ETE em todas as reuniões anuais e da primavera** do FMI / Banco Mundial - que envolva tanto os Ministérios das Finanças como os Ministérios da Educação e aborde as questões financeiras estratégicas abordadas neste documento.
- Apoiar o novo **Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre Professores para documentar o impacto das restrições salariais** do setor público sobre a força de trabalho dos professores e para fazer fortes recomendações de ação.



Escola primária no Malawi. CRÉDITO: THOKO CHIKONDI / ACTIONAID

4. CONCLUSÃO

O Ano da Educação da União Africana surge num momento crítico e pode ajudar a acelerar o progresso da educação em todo o continente. Para alcançar progressos significativos, será importante centrar a atenção no financiamento, para além do enfoque convencional na percentagem dos orçamentos nacionais destinados à educação (embora este aspecto seja importante). É necessário prestar atenção à dimensão global dos orçamentos governamentais - que determina o que significa na prática uma percentagem de 20%. Isto significa sair da zona de conforto habitual da educação para se envolver em discussões estratégicas a nível nacional, regional e global sobre questões críticas de impostos, dívida externa e políticas de austeridade - e como estas moldam os recursos disponíveis para a educação.

Em 2016, o Relatório da Comissão da Educação observou que, globalmente, 97% do financiamento disponível para os sistemas de ensino público provém de recursos internos.³ Toda a ajuda bilateral e multilateral para a educação, e todos os empréstimos para a educação, somam menos de 3% dos recursos totais. No entanto, as reuniões regionais e internacionais sobre educação passam habitualmente mais de 90% do seu tempo a falar dos 3% e ignoram em grande medida o que pode ser feito para aumentar o financiamento interno. Esta situação foi posta em debate na Cúpula da Educação Transformadora (TES) e, em particular, no Documento de Discussão da TES sobre o Financiamento e no Apelo à Ação sobre o Financiamento da Educação.

Embora os países membros da União Africana tenham feito alguns progressos no sentido de garantir que uma maior **percentagem** dos orçamentos nacionais seja destinada à educação (sublinhando o valor de referência de 20%), isto cria algumas tensões com a saúde e outros setores e há limites para a percentagem das receitas nacionais que pode ser destinadas à educação quando há exigências concorrentes. A inclusão de um enfoque na dimensão do orçamento geral do Estado - que é determinado de forma mais significativa

3. Isto varia consoante os países de diferentes grupos de rendimento, mas mesmo nos países de baixo rendimento apenas 18% da despesa total provém da ajuda externa ao desenvolvimento - e nos países de rendimento médio-baixo é apenas 2% (ver Education Finance Watch 2021).

pelas receitas fiscais (e influenciado de forma significativa pela dívida externa e pelas políticas macroeconómicas) - poderia ser transformador e poderia ajudar a construir uma causa comum com outros setores (uma vez que uma maré crescente de receitas fiscais pode elevar o orçamento em todos os setores em conjunto).

A União Africana já desempenhou um papel importante a nível mundial, exigindo mudanças na forma como as regras fiscais são estabelecidas e aplicadas - e os progressos realizados no sentido de uma Convenção Fiscal das Nações Unidas não teriam acontecido sem os esforços coordenados dos países africanos. É necessário manter esta posição e providenciar esforços semelhantes a nível regional e internacional para resolver a crise da dívida externa que está atualmente a minar a capacidade de progredir na educação e em outros objetivos de desenvolvimento em muitos países africanos. Existe uma oportunidade semelhante para a União Africana se opor à ideologia desacreditada das instituições financeiras internacionais, que conduzem políticas de austeridade desatualizadas com um impacto devastador na educação.

Atualmente, as despesas com a educação são tratadas pelo FMI e por muitos ministérios das finanças, em grande medida, como puro consumo - algo que não produz um retorno económico significativo. Mas isto baseia-se num pensamento a curto prazo. Mesmo que, num período de três a cinco anos, a educação não pareça proporcionar um retorno imediato (apesar de ser muitas vezes popular do ponto de vista político), a longo prazo é amplamente considerada como o investimento económico mais sólido que qualquer país pode fazer. As melhorias mais dramáticas na sorte do desenvolvimento dos Estados baseiam-se num investimento sustentado nos sistemas de ensino público - mas isto requer um investimento a longo prazo e um pensamento estratégico a longo prazo. O Ano Europeu da Educação da União Africana deve marcar o momento em que os governos africanos mudam de mentalidade - passando a pensar e a planear a longo prazo e a reconhecer a educação como o melhor investimento que pode ser feito para concretizar a visão da Agenda 2063.

São muitos os líderes africanos corajosos que defenderam a educação nas lutas de libertação e nos primeiros anos da independência, incluindo Nyerere, Nkrumah, Lumumba e Cabral, que reconheceram o investimento na educação como fundamental para cumprir a promessa de equidade e justiça. Mas as forças económicas mundiais não se alteraram fundamentalmente nos últimos 70 anos. A arquitetura financeira global foi moldada no final da segunda guerra mundial (com a criação do FMI e do Banco Mundial), antes da independência da maioria dos países africanos. As regras globais em matéria de impostos e dívida, as estruturas de votação nas principais instituições e as ideologias hegemónicas de austeridade permanecem pouco alteradas - e estes são agora poderosos obstáculos à realização de progressos na educação.

O Ano da Educação da União Africana pode e deve ser um ponto de virada. O antigo Presidente da Tanzânia, Kikwete, preside à Parceria Global para a Educação e o Presidente Akufo-Addo do Gana está a levar a diante a declaração sobre o financiamento da educação que foi defendida pela primeira vez pelo antigo Presidente do Quênia, Kenyatta, em 2021. Os líderes da sociedade civil também estão a defender uma mudança fundamental, reconhecendo as ligações entre a mudança dos sistemas educativos e a mudança mais ampla do sistema económico. Mas muitos mais líderes precisam de se manifestar em todo o continente para garantir que 2024 marca verdadeiramente um ano transformador para a educação - através do primeiro investimento em educação pública de qualidade para todos.

Anexo 1: Quadro 1. Dados sobre fiscalidade e educação

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Países da União Africana	Perda fiscal total (do Estado da Justiça Fiscal, Tax Justice Network 2023 (milhões de dólares)	Porcentagem impostos/PIB O Nosso Mundo em Dados 2022 (* = outras fontes utilizadas)	PIB em milhões de \$ Dados (worldbank.org) (2022)	Receitas fiscais em US\$ (das colunas 3 e 4)	Receitas adicionais se a percentagem impostos/PIB aumentar cinco pontos percentuais – (calculado a partir das colunas 3 e 5) em milhões de US\$	Aumento do orçamento da educação se 20% deste for gasto na educação – (calculado a partir da coluna 6) em milhões de US\$	Número de crianças não escolarizadas em idade de frequentar o ensino primário (2022) Estimativas da UNESCO para a educação	Número de crianças não escolarizadas em idade de frequentar o ensino primário, mulheres (2022) Estimativas da UNESCO para a educação	Número de crianças em idade de frequentar o ensino primário que o aumento da coluna 7 cobriria ao custo atual por aluno** (com base no GEM Report 2023, Table 1, column I
Argélia	62.5	14.1	194,998	27,495	9,750	1,950	60,620	31,330	n/a
Angola	309.8	22.4	106,782	23,919	5,339	1,067	1,165,000	740,200	n/a
Benim	16.3	13.2*	17,396	2,296	870	174	166,200	93,680	840,579
Botsuana	16	23.9	20,355	4,865	1,018	204	44,910	20,380	n/a
Burkina Faso	12.3	15.9	18,820	2,992	941	188	928,400	454,500	657,342
Burundi	1.9	16.2	3,338	541	167	33	199,100	82,590	n/a
Cabo Verde	65.8	13.0	43,644	5,674	2,182	436	558,700	303,300	n/a
Camarões	11.2	17.8	2,226	4,396	1,235	247	3,417	1,936	149,064
República Centro-Africana	0.4	7.2	2,383	276	192	38	404,000	208,400	n/a
Chade	5.3	7.9	12,704	1,004	635	127	1,234,000	693,900	1,154,545
Comores	13.8	7.7	1,242	96	62	12	39,580	20,380	n/a
Congo	577.8	8.7	15,817	1,376	791	158	141,300	72,940	n/a
Costa do Marfim	121.3	12.9	70,019	9,032	3,501	700	389,000	213,600	1,380,670
RDC	210.6	12.0	64,719	7,766	3,236	647	3,324,000	1,669,000	n/a
Jibuti	11.2	10.6	3,515	373	176	35	34,600	19,280	27,777
Egipto	438.4	15.2	476,747	72,466	23,837	4,767	117,200	40,610	n/a
Equador Guiné	9.9	5.0	12,029	674	674	135	116,200	56,250	n/a
Eritreia	1.3	8.0*	2,065	165	103	21	275,300	139,400	n/a
Eswatini	16.3	24.7	4,790	1,183	239	48	15,210	9,229	n/a
Etiópia	53.4	11.6*	126,783	14,707	6,339	1,268	3,354,000	1,949,000	9,323,529
Gabão	47.2	22.2	21,071	4,678	1,054	211	n/a	n/a	n/a
Gâmbia	18.2	9.2	2,187	201	109	22	70,220	24,400	119,565
Gana	115.0	13.1	73,766	9,663	3,688	738	510,600	227,500	n/a
Guiné	7.9	11.4	20,999	2,394	1,050	210	478,200	274,100	1,228,070
Guiné-Bissau	1.6	9.4	1,634	154	82	16	123,700	64,040	n/a
Quénia	189.8	14.5	113,420	16,446	5,671	1,134	727,200	n/a	2,772,616
Lesoto	2.0	33.1	2,236	741	112	22	6,639	2,790	34,161

Libéria	205.8	12.4	4,001	496	200	40	240,800	106,200	164,609
Madagáscar	13.0	9.2	15,297	1,407	765	153	678,800	295,600	n/a
Malawi	33.1	8.3	13,165	1,093	658	132	447,200	211,800	1,064,516
Mali	34.7	13.4	18,827	2,523	941	188	1,409,000	738,300	650,519
Mauritânia	8.2	12.5	9,781	1,223	489	98	222,100	107,200	284,058
Maurícia	312.2	19.5	12,948	2,525	647	129	122	0	373,913
Marrocos	982.5	21.2	130,193	27,601	6,510	1,302	120,400	54,360	n/a
Moçambique	147.3	21.3	18,406	3,920	920	184	330,200	182,600	n/a
Namíbia	57.33	26.7	12,915	3,448	646	129	5,644	1,915	n/a
Níger	1.1	9.6*	15,342	1,473	767	153	2,081,000	1,083,000	1,296,610
Nigéria	554.0	7.2*	472,624	34,029	23,631	4,726	9,842,000	4,797,000	n/a
Ruanda	5.1	14.3	13,311	1,903	665	133	97,400	37,170	488,970
São Tomé e Príncipe	0.1	11.6	543	63	27	5	2,517	1,073	n/a
Senegal	82.3	18.5	27,684	5,122	1,384	277	933,800	396,500	644,186
Seychelles	121.5	27.0	1,588	429	79	16	3	0	4,095
Serra Leoa	7.1	10.7	4,095	438	205	41	213,500	96,390	127,329
Somália	3.3	2.2	10,420	229	520	104	n/a	n/a	n/a
South Africa	2,006.3	27.8	405,271	112,665	20,263	4,053	776,400	340,600	1,482,985
Sudão	3.7	3.0	51,662	1,550	2,583	517	3,308,000	1,289,000	n/a
Tanzânia	124.7	11.2	75,732	8,482	3,787	757	1,907,000	941,200	n/a
Togo	10.6	13.2	8,341	1,101	417	83	97,690	42,440	336,032
Tunísia	307.7	32.5	46,304	15,049	2,315	463	5,811	2,124	80,117 +
Uganda	34.3	11.1	45,567	5,058	2,278	456	1,065,000	441,600	n/a
Zâmbia	829.5	16.4	29,163	4,783	1,458	291	471,200	201,300	613,924
Zimbabué	51.3	14.9	27,366	4,077	1,368	274	161,600	66,410	n/a
TOTAL	8,274			456,260	146,576	29,312	38,904,483	18,846,517	25,299,781

Nota - existem 55 países da União Africana, mas 52 países estão cobertos por não existirem dados suficientes sobre a República Árabe Saharaui Democrática (Sahara Ocidental), o Sudão do Sul e a Líbia

*O custo atual por aluno é muitas vezes inferior ao que deveria ser, mas dá uma indicação da escala do impacto - em quase todos os casos, seria mais do que suficiente para colocar na escola todas as crianças que não frequentam a escola e abranger muitas mais.

+ = alunos do ensino secundário - utilizado quando não existem dados sobre o ensino primário mas existem dados sobre o ensino secundário.

- 14 países com menos de 10%
- 20 países entre 10-15%
- 7 países entre 15% e 20%
- 9 países entre 20% e 30%
- 2 países com mais de 30%

Anexo 2: Quadro 2. Dados sobre a dívida externa e a educação

1	2	3	4	5
Países da União Africana	Risco de endividamento (Nov 2023) DSAlist.pdf (imf.org)	Análise de risco efectuada por Debt Justice (2023)	Pagamentos da dívida externa em percentagem das receitas públicas 2022 Portal de dados da dívida	Despesas com a educação em percentagem das despesas totais do governo Relatório GEM 2023
Argélia	n/a	Nenhum risco identificado	0.2	n/a
Angola	n/a	Crise	30.9	n/a
Benim	Moderado	Crise	23.1	17.7
Botsuana	n/a	Nenhum risco identificado	2.9	n/a
Burkina Faso	Moderado	Nenhum risco identificado	8.3	22.7
Burundi	Alto	Risco de crise da dívida pública	4.8	19.5
Cabo Verde	Moderado	Crise	24.6	15.2
Camarões	Alto	Crise	24.2	16.9
República Centro-Africana	Alto	Risco de crise da dívida pública	9.0	n/a
Chade	Alto	Crise	18.5	15.7
Comores	Alto	Risco de crise da dívida pública	8.6	n/a
Congo	Distress	Crise	21.0	15.6
Costa do Marfim	Moderado	Crise	24.8	16.6
RDC	Moderado	Nenhum risco identificado	9.7	14.0
Jibuti	Alto	Crise	34.1	14.0
Egipto	n/a	Crise	18.8	n/a
Equador Guiné	n/a	n/a	n/a	n/a
Eritreia	Distress	Nenhum risco identificado	4.0	n/a
Eswatini	n/a	Nenhum risco identificado	4.3	n/a
Etiópia	Distress*	Crise	27.3	n/a
Gabão	n/a	Crise	18.9	n/a
Gâmbia	Alto	Crise	23.1	11.4
Gana	Distress	Crise	28.2	18.6
Guiné	Moderado	Crise	13.7	14.3
Guiné-Bissau	Alto	Crise	19.4	n/a
Quênia	Alto	Crise	18.9	19.0
Lesoto	Moderado	Nenhum risco identificado	6.6	14.4
Libéria	Moderado	Risco de crise da dívida pública	7.0	7.4
Madagáscar	Moderado	Crise	9.1	19.8
Malawi	Distress	Crise	43.2	15.8
Mali	Moderado	Risco da pública & privada	11.4	16.2
Mauritânia	Moderado	Crise	26.1	9.1
Maurícia	n/a	Risk of private debt	8.1	14.5
Marrocos	n/a	Risco de crise da dívida pública	14.3	n/a
Moçambique	Alto	Crise	17.3	17.4
Namíbia	n/a	n/a	7.6	n/a
Níger	Moderado	Risco da pública & privada	11.9	16.3
Nigéria	n/a	Nenhum risco identificado	5.8	n/a
Ruanda	Moderado	Risco de crise da dívida pública	6.6	15.5
São Tomé e Príncipe	Distress	Risco da pública & privada	5.1	20.1
Senegal	Moderado	Crise	25.1	21.5
Seychelles	n/a	Risco da pública & privada	14.3	11.8
Serra Leoa	Alto	Crise	22.7	21.6

Somália	Distress	Crise	9.3	3.0
Somália	n/a	Nenhum risco identificado	6.8	20.9
Sudão do Sul	Alto	Crise	26.8	n/a
Sudão do Sul	Distress	Crise	15.3	n/a
Tanzânia	Moderado	Risco de crise da dívida pública	14.1	20.5
Togo	Moderado	Risco da pública & privada	12.4	21.8
Tunísia	n/a	Crise	24.3	n/a
Uganda	Moderado	Risco de crise da dívida pública	9.6	16.5
Zâmbia	Distress	Crise	51.1	17.1
Zimbabuê	Distress	Crise	3.0	19.0
TOTAL	8,274		28 mais de 12% 20 mais de 18%	15 países gastam mais com o serviço da dívida do que com a educação. 28 países gastam menos de 20% e 10 países gastam menos de 15% do seu orçamento na educação. Apenas 7 países excedem o valor de referência de 20%. 18 não têm dados

*A Etiópia entrou em incumprimento da sua dívida soberana em dezembro de 2023, o que não é captado nos dados do FMI, que foram publicados em novembro de 2023.

De acordo com o FMI, dos 52 países da União Africana listados:

- 8 países estão em **crise de dívida**
- 13 países estão em **alto risco de sobre-individamento**
- 17 países estão em **risco moderado de sobre-individamento**
- 14 países não têm dados disponíveis

De acordo com a Debt Justice, dos 52 países da União Africana listados:

- 27 países estão em **crise de dívida**
- 14 países estão em **alto risco de crise de dívida pública e privadas**
- 9 países não têm qualquer risco identificado
- 2 países não têm dados disponíveis

Anexo 3: Quadro 3. Dados sobre austeridade e educação

1	2	3	4
Países da União Africana	Varição projetada da despesa pública total em % do PIB de 2023 a 2025 <i>(de End Austerity: Um relatório global sobre cortes orçamentais e reformas sociais prejudiciais em 2022-25 - setembro de 2022)</i>	% do PIB gasto com os salários do sector público e variação nos últimos cinco anos Indicadores da Burocracia Mundial (worldbank.org)	Parecer mais recente do FMI sobre a massa salarial (quando disponível - com base na investigação O Público contra a Austeridade e * = A Pandemia e o Sector Público ** da Human Rights Watch Ligadura numa ferida de bala : Os pisos de despesa social do FMI e a pandemia de Covid-19 HRW
Argélia	-2.2	12.6 - diminuiu	
Angola	-2.2	5.7 - diminuiu	
Benim	-0.8	4.5 - diminuiu	
Botsuana	-2.4	15.6 - aumentou	
Burkina Faso	-0.2	9.4 - aumentou	Corte*
Burundi	-2.0	8.1 - aumentou	
Cabo Verde	-0.9	4.6 - diminuiu	Congelamento**
Camarões	-4.2	12.7 - aumentou	Corte**
República Centro-Africana	0.2	5.2 - even	
Chade	-1.0	7.0 - aumentou	Corte**
Comores	-0.5	5.2 - diminuiu	Aumento*
Congo	-0.3	6.6 - aumentou	Corte**
Costa do Marfim	0.1	5.0 - aumentou	
RDC	-0.6	5.0 - diminuiu	Corte**
Jibuti	-1.0	6.2 - diminuiu	
Egipto	-0.3	5.0 - diminuiu	
Equador Guiné	-0.3	3.5 - aumentou	
Eritreia	-0.6	15.8 - aumentou	
Eswatini	-1.8	13.0 - diminuiu	
Etiópia	1.2	6.6 - diminuiu	
Gabão	-1.0	7.7 - diminuiu	Corte **
Gâmbia	-3.1	4.1 - aumentou	Congelamento**
Gana	-0.9	7.4 - aumentou	Corte
Guiné	1.0	3.8 - even	Congelamento*
Guiné-Bissau	-0.8	6.6 - aumentou	Corte**
Quênia	-0.9	4.5 - diminuiu	Corte
Lesoto	-1.6	19.4 - aumentou	
Libéria	-1.2	9.7 - aumentou	Corte
Madagáscar	-0.6	5.2 - aumentou	
Malawi	-1.6	8.1 - aumentou	Congelamento*
Mali	-0.1	6.1 - aumentou	Congelamento*
Mauritânia	0.2	5.4 - diminuiu	Aumento**
Maurícia	-0.4	8.8 - even	
Marrocos	-1.3	12.4 - aumentou	
Moçambique	-5.8	12.8 - aumentou	Corte**
Namíbia	-0.1	16.6 - even	
Níger	-0.2	3.8 - diminuiu	
Nigéria	-0.3	1.6 - diminuiu	Corte

Ruanda	0.2	5.0 - aumentou	Congelamento*
São Tomé e Príncipe	-0.6	10.9 - aumentou	
Senegal	1.5	5.8 - aumentou	Congelamento
Seychelles	-6.5	14.2 - aumentou	Corte **
Serra Leoa	-0.2	7.9 - aumentou	Corte
Somália	n/a	4.7 - aumentou	
Somália	-3.7	12.7 - aumentou	
Sudão do Sul	2.7	5.3 - diminuiu	
Sudão do Sul	1.6	2.9 - diminuiu	Corte**
Tanzânia	0.0	4.2 - diminuiu	Corte
Togo	-0.1	5.4 - aumentou	Congelamento*
Tunísia	-2.6	17.6 - aumentou	
Uganda	-1.5	3.6 - aumentou	Corte
Zâmbia	-2.5	8.3 - diminuiu	Corte
Zimbabué	-0.4	6.4 - diminuiu	Corte
TOTAL	9 países aumentam 1 = igual 11 reduções 0-1% 9 reduções 1-2% 11 reduções superiores a 2%	12 inferiores a 5% 26 5-9% 15 acima de 9%	19 cortes, 8 congelamentos, 2 aumentos

Fevereiro de 2024

Agradecimentos

Este relatório foi investigado e redigido por David Archer e Ashina Mtsumi of ActionAid International.

Contribuições importantes foram realizadas por Joan Njoroge, Roos Saalbrink, Teresa Anderson, Wangari Kinoti, (ActionAid Internacional), Susan Otieno (ActionAid Quênia), Celestine Odo (ActionAid Nigéria), El Hadj Moussa Sarr (ActionAid Senegal), Ucizi Ngulube (ActionAid Zâmbia), Solange Akpo (Africa Network Campaign on Education for All (ANCEFA)), Maria Ron Balsera (Centre for Economic and Social Rights), Dennis Sinyolo e Jennifer Ulrick (Education International), Riska Koopman (Global Alliance for Tax Justice), Julie Juma (Global Campaign for Education), Aya Douabou, Juana Barragan (Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights), Bernadette O'Hare (Government Revenue and Development Estimations (GRADE) - University of St Andrews), Anjela Taneja, Christian Hallum, Didier Jacobs, Eduard Beukman, Nabil Abdo (Oxfam), Chenai Mukumba, Francis Kairu, Isaac Agyiri, Ishmael Zulu (Tax Justice Network Africa), Carolina Finette, Liz Nelson (Tax Justice Network). Iolanda Fresnillo (Rede Europeia sobre a Dívida e o Desenvolvimento - EURODAD) também contribuiu com informações valiosas.

Um agradecimento especial à Carolina Finette (Tax Justice Network) pela revisão deste relatório em Português.

Cofinanciado pela Educação em Voz Alta. Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da Educação em Voz Alta. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da TaxEd Alliance e não reflecte necessariamente as opiniões dos doadores Oxfam Denmark e GPE.

EDUCAÇÃO EM VOZ ALTA
advocacia e responsabilidade social

GPE
Transforming
Education

actionaid

CENTER for
ECONOMIC and
SOCIAL RIGHTS

Outline for Transparency and Accountability in Education
COTAE
"Quality Education for Another Tomorrow"

Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación

GLOBAL ALLIANCE
FOR TAX JUSTICE

GLOBAL CAMPAIGN FOR
EDUCATION

PLAN
INTERNATIONAL

Global Initiative
for Economic, Social
& Cultural Rights

GRADE

Organisation Mondiale pour l'Éducation Précoce
World Organization for Early Childhood Education
Organización Mundial para la Educación Precoz

OXFAM

ISER
INITIATIVE FOR SOCIAL AND ECONOMIC RIGHTS

ancefa
"Ambition for All"

TAX
&
ED
ALLIANCE

TAX JUSTICE
NETWORK

TAX JUSTICE
NETWORK
AFRICA

YOUNG
URBAN
WOMEN'S
MOVEMENT